RANDSTAD // PT/MEO

A PAUSA É UM DIREITO!

PCP confronta Governo e Assembleia da República

O PCP, através dos seus deputados à Assembleia da República, confrontou o governo com a imposição do corte da pausa de 5 para 3 min/ hora aos trabalhadores a prestar serviço à Altice Portugal, através da Randstad.

Neste comunicado damos-te a conhecer o texto do requerimento que apresentámos.

“”O Grupo Parlamentar do PCP tomou conhecimento de que **a Randstad ordenou a redução do período de pausa** a todos os trabalhadores a prestar serviço de call center à Altice Portugal (PT Contact, PT Sales e Meo Comunicações), seja front ou back office.

Muitos destes trabalhadores tinham direito a 5 minutos de pausa/hora e com o argumento da harmonização dos tempos de pausas, este foi reduzido para 3 minutos/hora. A maioria das vezes, estes tempos são acumulados de modo a que o trabalhador possa usufruir uma pausa de 10 ou 15 minutos, ao fim de algumas horas de trabalho. Além disto, a empresa **Randstad** (no comunicado enviado aos trabalhadores) utiliza um modo de **intimidação e total desrespeitos para com estes, ameaçando a total retirada da pausa, caso as ordens não sejam cumpridas.**

Como se sabe, o trabalho de call center implica um grande desgaste físico como psicológico, muitas horas sentado, em frente a um computador e/ou ao telefone, sob grande pressão para resolver os problemas que são comunicados, para processar dados, como para cumprir objectivos que a empresa obriga e quase sempre são inatingíveis.Já há muito, que se tem vindo a estudar as consequências deste tipo de trabalho e muitas são as recomendações, nomeadamente quanto ao tempo de trabalho seguido sentado e em frente um ecrã de computador. Há, inclusivamente, países onde existem normas específicas para este tipo de trabalho, com tempos de pausa estipulados e horários de trabalho com duração reduzida, por exemplo.

Há muito que o PCP acompanha os problemas destes trabalhadores, a maioria deles subcontratados, com salários baixíssimos, sujeitos a situações de precariedade brutal.

A situação acima descrita é inaceitável, ainda mais, no quadro de uma grande empresa como a Altice, com lucros expressivos e onde os trabalhadores subcontratados ficam de fora da aplicação do Acordo de Empresa.

Para o PCP não há justificação para a redução do tempo de pausa destes trabalhadores, antes deveríamos caminhar no sentido contrário e de harmonização das pausas no mínimo de 5 minutos/hora, tendo em vista a saúde física e mental dos trabalhadores. São várias as empresas e projectos para a qual a Randstad presta serviço em que os tempos de pausa se mantêm nos 5 ou 4 minutos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicitamos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os seguintes esclarecimentos:

Que acções inspectivas realizou a ACT aos Call Center da Altice (Afonso Costa, Estefânia, Passos Manuel, Laranjeiras, etc.) e quais os resultados das mesmas?

Que apuramento e conclusões fez a ACT sobre o recurso à precariedade e subcontratação de trabalhadores nos Call Centers da MEO?

Não considera o Governo que no quadro da saúde ocupacional, é necessário tomar medidas para assegurar o direito às pausas dos trabalhadores sujeitos a este tipo de trabalho?

Que medidas vai tomar para assegurar o cumprimento dos direitos dos trabalhadores e das normas de higiene e segurança no trabalho?”

6 de Março, 2018

PERGUNTAS E RESPOSTAS
ALTERAÇÕES À LEI DE FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS
SOBRE A CAMPANHA DE MENTIRA E MANIPULAÇÃO

Muitas são as mentiras e mitos que têm sido propagadas relativamente ao financiamento dos partidos políticos, às alterações à lei que regula este financiamento e, principalmente, sobre o PCP.

Consulta o dossier que preparámos "8 perguntas e respostas sobre a alteração à lei de financiamento dos partidos", em:

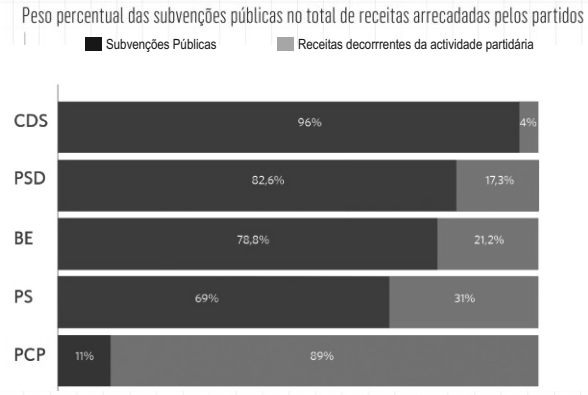
Http://www.pcp.pt/8-perguntas-respostas-sobre-alteracoes-lei-de-financiamento-dos-partidos

Https://www.facebook.com/pcp.pt/

Aqui fica parte desse "dossier".

NÃO TE DEIXES ENGANAR! COMBATE A MENTIRA!

OS PARTIDOS VIVEM "À CONTA DO ESTADO"? (1)



OS PARTIDOS VIVEM "À CONTA DO ESTADO"? (2)

O PCP considera que os partidos devem viver da "recolha de fundos assente na iniciativa própria e na contribuição dos membros do Partido e seus simpatizantes" e não do financiamento público e das subvenções estatais.

A lei é que quer impedir esta prática. Por um lado impõe um limite anual de angariação de fundos e por outro um limite às contribuições de cada militante.

A actual **lei não permite que 358 militantes (ou mais) paguem uma quota de 5€ em numerário**, mas depois o Estado financia os partidos através de subvenções públicas elevadíssimas.

O PCP já propôs reduzir estas subvenções – a última vez em final de 2016, e considerava um corte de 40%. PSD, CDS e PS não viabilizaram.

ESTAS ALTERAÇÕES AUMENTAM O FINANCIAMENTO DO ESTADO?

Não. As alterações, nomeadamente ao acabarem com o limite de angariação de fundos permitiriam que os partidos que assim o entendessem aumentassem a capacidade de angariação própria, com o contributo dos seus militantes e apoiantes, dependendo assim menos do financiamento do Estado.

Nos últimos dois Orçamentos do Estado, por proposta do PCP, a Assembleia da República decidiu congelar as subvenções públicas aos partidos.

"O PCP é um partido com identidade própria, não é nem será um departamento do Estado ou uma sucursal política dos grupos económicos e financeiros!"

OS PARTIDOS DEIXARIAM DE PAGAR IVA?

Não. Não esteve em discussão nem o alargamento do regime de IVA nem o seu fim. Os partidos pagam e continuariam a pagar IVA sobre toda a actividade que não seja política.

Estas alterações poriam fim, isso sim, às decisões discricionárias e casuísticas e sobre o que constitui actividade política e afirmação da imagem.

EXEMPLO:
um partido que contratasse uma empresa para a organização de um comício tinha direito a ver o IVA devolvido, enquanto que o PCP muitas vezes viu negada essa restituição do imposto pela compra de materiais para que os militantes organizassem um comício (pregos, madeiras, etc.).

Quanto à Festa do Avante, continuará a realizar-se sem nenhuma destas alterações à lei e enquanto o PCP quiser e os seus militantes e simpatizantes decidirem construí-la, pagando os impostos que a lei prevê.